

## **EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO E PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS VISLUMBRANDO O EMPODERAMENTO**

**Ana Carmita Bezerra de Souza**

(Coordenadora de Área do PIBID Diversidade- Oeiras, Professora Adjunta II da UFPI/CSHNB – Pedagogia. E-mail: acarmitabs@gmail.com)

**Ana Carolina Landim Pacheco**

(Coordenadora Institucional PIBID Diversidade- UFPI, Professora Adjunta II da UFPI/CSHNB – Biologia. E-mail: carolandim@ufpi.edu.br)

**Maria Carolina de Abreu**

(Coordenadora de Área do PIBID Diversidade- Oeiras, Professora Adjunta II da UFPI/CSHNB – Biologia E-mail: mariacarolinabreu@ufpi.edu.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

Na perspectiva do otimismo crítico, apregoado por Paulo Freire, compreende-se que uma das funções sociais da escola, independente do contexto em que esteja inserida, é garantir que as pessoas adquiram autonomia e capacidade reflexiva sobre suas condições objetivas de vida para que, a partir disso, consigam atuar política, econômica, cultural e profissionalmente, para independer de instituições ou sujeitos considerados superiores; e subverter as condições de submissão e heteronomia .

Esta mesma perspectiva otimista crítica também compreende que não se faz revolução somente através da escola, mas que o espaço da educação formal pode ser, ao mesmo tempo, de desvelamento das estruturas que sustentam a desigualdade social e de explicitação das relações de poder.

É a partir desta compreensão que o objetivo deste texto é refletir sobre a educação no/do campo e as possibilidades de práticas político-pedagógicas que podem culminar com o empoderamento dos grupos atendidos.

### **2. METODOLOGIA**

Do ponto de vista metodológico, este trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico, com autores e com a legislação que tratam sobre a educação do campo. É o resultado de estudos que vem fundamentando as práticas da atuação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade (PIBID Diversidade) desde 2010, com alunos da graduação ofertada pelo curso de Licenciatura em Ciências Naturais e

Matemática/PROCAMPO, no município de Oeiras, localizado na macrorregião de Pico-PI.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Empoderamento e compreensões político-pedagógicas: pensando no campo**

Empoderamento, termo re-significado por Paulo Freire e utilizado como fins da educação popular e libertadora, significa ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos seus direitos. Possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. O Empoderamento devolve poder e dignidade e principalmente dá liberdade de decidir e controlar o seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.

Implica essencialmente, a obtenção de informações, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto à sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A essas variáveis deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. (SHIAVO E MOREIRA, 2005, p. 2).

As populações residentes no campo, quando não foram historicamente deixadas à margem do processo educativo formal quase que completo, com práticas escolares que objetivavam meramente o “voto de cabresto”, com professoras leigas e raros mestres-escolas; a elas foram destinados currículos distanciados de suas realidades socioculturais, resultando na negação de sua própria condição identitária de camponeses, influenciados pela ideologia do espaço rural como elemento de atraso cultural; políticas educacionais e curriculares esvaziadas de sentidos para tais pessoas, que não falam delas, para elas e com elas.

Foram muitos os anos em que, na educação realizada no campo predominaram projetos pedagógicos baseados em “conteúdos focados no processo de urbanização e industrialização, desconsideração da diversidade dos sujeitos sociais existentes no Brasil rural e privilégio dos conhecimentos

relativos ao mundo ocidental industrializado”, como o “ruralismo pedagógico”; ou projetos que percebiam a comunidade rural como uma organização social homogênea, como o movimento extensionista, conforme salienta Silva (2011, p. 71).

Uma educação no/do campo para o empoderamento não apenas nega tais práticas e princípios educativos arraigados na manutenção do *status quo*, na subserviência e opressão; mas age na reconstrução de sentidos e significados produzidos pelos sujeitos que constituem o campo e que o produzem. Mas para tanto é necessário que se adote alguns princípios de reconstrução conceituais, teóricos, didáticos, práticos e políticos. A seguir discutiremos alguns dos que consideramos primordiais em nossas discussões junto aos bolsistas, supervisores e coordenadores do PIBID Diversidade em Oeiras.

- Educação para o campo não! Educação no e do campo educação

Nesta discussão é necessário, num processo de ampliação conceitual e prática, compreender “a educação como os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais, proporcionando o desenvolvimento de vários olhares sobre o mundo e as pessoas.” (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010). E acreditar que o povo do campo é um grupo diverso e fecundo em conhecimentos de mundo fundamentais para a vida cotidiana e é deles que deve partir a formulação dos seus currículos. Assim, garantir-se-á a produção de saberes específicos sobre os modos de viver e produzir no campo, envolvendo os aspectos sociais, políticos, culturais, e econômicos.

- O contexto espaço-temporal do campo como espaço pedagógico

“Poder-se-ia dizer que se trata de uma “reinvenção do campo” como um lugar onde não só se pensa uma educação verdadeiramente do campo, mas se produz uma pedagogia do campo” (SILVA, 2011, p. 67). O que

proporcionará a integração, o diálogo entre conhecimentos científicos e os saberes populares, numa prática intercultural.

- Reconhecer o multiculturalismo do campo e garantir o direito à diferença

“O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povo da floresta, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas. (KOLLING, et ali., 2002, p. 21).

- Garantir o direito a saber-se... ou “sairão da escola sabendo-se?”

Arroyo (2011, p. 261) é um dos colaboradores das nossas discussões neste sentido, principalmente por considerar que “uma das consequências mais sérias da ausência dos sujeitos sociais dos currículos (...) é que lhes é negado o direito a conhecer, a saber de si e de seus coletivos”. “Saberem-se ocultados é uma forma de saber-se” (p. 262).

Tal compreensão poderá ser iniciado pela reelaboração identitária das pessoas do campo, com vistas à conquista de identidades positivas sobre si, sobre sua condição de pessoa do campo. Passa também pelo conhecimento sociológico, econômico, político e histórico que colabora com as suas condições precárias de sobrevivência. É preciso que saibam da seca, da fome, da falta de terra para plantar e colher, e de muitos outros problemas sociais presentes naquele espaço a partir dos seus diversos condicionantes sociais e das diversas relações de poder estabelecidas nas relações políticas locais, em nível de município e estado, e federais.

- Romper a dicotomia campo cidade

Sobre tal questão, Lima e Silva (2011) nos ajudam a discutir quando alertam para a importância de percebermos que atualmente, tanto o campo como a cidade passam por profundas transformações ao mesmo tempo em que criam cada vez mais laços de interligações e complementaridade. E os

sujeitos do campo precisam ser sabedores que são complementos imprescindíveis para a cidade.

O campo não é mais aquele lugar subdesenvolvido e atrasado (...) como também, a cidade não se enquadra mais naquele discurso de modernidade e desenvolvimento. (...) O papel da educação do campo não é impor aos alunos modelos ou projetos de vida, mas conscientizá-los das diferenças, contradições e possibilidades que esses espaços oferecem para eles terem a opção de fazerem suas escolhas de forma madura e consciente.”(LIMA e SILVA, 2011, 163/164).

#### 4.CONCLUSÃO

Com uma perspectiva de educação do campo e no campo, que ponha em prática ações didáticas voltadas para o empoderamento dos grupos que vivem no meio rural, as políticas públicas do Brasil, para esta parcela da população, articuladas através das mobilizações populares do campo, e desenvolvidas desde a Constituição Federal de 1998, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96; e complementadas com vários decretos e programas curriculares, têm forte chance impactarem positivamente a vida da diversidade de sujeitos que residem no meio rural, e assim, não funcionarem apenas como letra morta. É a chance dos números estatísticos positivos que o governo brasileiro vem produzindo para impressionar e mobilizar investimentos dos organismos internacionais, deixarem de ser mero enfeite falacioso e passaram a significar, além de quantidade, **qualidade social** na/da/para a educação brasileira.

#### 5.REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ :Vozes, 2011.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S.(Org.).Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. v. 4. (Coleção por uma Educação do Campo)

LIMA, E. S., SILVA, M S. P. Educação do campo e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, E. S., SILVA, A. M. (Orgs.) Diálogos sobre Educação do Campo. Teresina: EDUFPI, 2012.

SALES, Suze da Silva. O cenário político e socioeconômico do campo no século XX. In: LIMA, E. S., SILVA, A. M. (Orgs.) Diálogos sobre Educação do Campo. Teresina: EDUFPI, 2012. (SANTOS,

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos; PALUDO, Conceição; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Concepção de educação do campo. In: **Cadernos didáticos sobre educação no campo UFBA**. Universidade Federal da Bahia. 2010.

SCHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Co-municarte, 2005.